



A CRISE DOS TERCEIRIZADOS

UFRJ: aula só no dia 16

Decisão foi tomada em reunião extraordinária na tarde do último dia 6

Medida vale para graduação, pós, educação básica e educação infantil

Terceirizados ocuparam sala dos colegiados superiores pressionando por solução

Marco Fernandes - 05/03/2015



Marco Fernandes - 06/03/2015



Terceirizados pressionaram o Consuni (dia 5, foto à esquerda) e a plenária de decanos e diretores (no dia 6) em busca de uma solução para seus problemas

Depois de uma consulta a decanos, diretores e conselheiros universitários feita numa plenária extraordinária na tarde da sexta-feira 6, a direção da UFRJ decidiu adiar por uma semana o início das aulas em 2015. A medida alcança

todos os níveis de ensino da universidade (da educação infantil à pós-graduação). No auge de uma crise provocada pela falta de verbas que resulta no atraso dos salários de trabalhadores terceirizados, a cúpula da universidade resolveu

convocar a plenária para respaldar uma decisão sobre o reinício ou adiamento do período. A reunião foi acompanhada por trabalhadores que pressionaram durante toda a semana em busca de uma solução para o impasse. A promessa

é que o pagamento de vales-transporte e vales-alimentação seja regularizado até esta terça-feira, e os salários pagos até quinta-feira (12). A Adufrj-SSind divulgou nota de apoio aos terceirizados e fez cobranças à reitoria.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Permanência em risco

Plenária do DCE Mário Prata, no dia 2 de março, debateu cortes em programa de assistência estudantil

“Ataque” não será permitido, dizem alunos

Samantha Su
Estagiária e Redação

Após o anúncio do corte de R\$ 7 bilhões na educação pelo governo federal, as universidades estão funcionando com aproximadamente 70% de seu orçamento. E, além dos trabalhadores terceirizados, a falta de dinheiro começa a prejudicar diretamente os estudantes carentes da UFRJ.

A Superintendência Geral de Políticas Estudantis (Superest) lançou no dia 27 de fevereiro uma nota comunicando mudanças no programa de Bolsa de Acesso e Permanência (BAP). Para o DCE da UFRJ, a medida transforma R\$ 400 mensais até

o fim do ano, benefício diretamente concedido a ingressantes cotistas, em uma parcela única de R\$ 800. No rodapé da nota, a Superest indicava que quaisquer estudantes, cotistas ou não, ainda poderiam concorrer à bolsa-auxílio (BAUX) através de edital de seleção. A notícia mobilizou os estudantes que, em 2 de março, se reuniram no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) para discutir a situação.

Dois dias depois, foi postada uma nota de esclarecimento assinada pelo novo superintendente Helio Mattos e o reitor Carlos Levi, no site da Superest. A alteração da bolsa, segundo a nota, serviria para que assistentes sociais pudessem “garantir a realização de um trabalho sério e consequente para a avaliação e confirmação das condições socioeconômicas dos alunos ingressantes elegíveis ao Programa” — há um limite de até 1,5



Luiza Foltran

salário mínimo per capita para receber o auxílio.

O comunicado não indica se a adoção de uma forma mais criteriosa de seleção reduzirá o número de beneficiados ou se exigirá mais do que a docu-

mentação de comprovação de cotista, como era feito até então pelo programa. Não há também menção à manutenção do auxílio-transporte que acompanhava a bolsa. A reportagem do **Jornal da Adufrj** tentou contatar o professor Helio Mattos para esclarecer essas dúvidas, mas não conseguiu resposta até o fechamento dessa edição.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE Mário Prata) criticou, na mesa do dia 2, a ausência de diálogo sobre as alterações: “Muito nos espantou a forma como a reitoria apresentou isso. No último Conselho do ano passado, saímos com a promessa do reitor de que esse ano ele iria a Brasília, junto do Movimento Estudantil, para conseguir uma verba extra e garantir mais mil bolsas. Além do compromisso com a inauguração do bandeirão da Praia Vermelha e de Macaé. Só que nenhuma dessas promessas foi

honrada e, agora, ainda há um retrocesso a ponto de termos de fazer essa reunião emergencial. Esse ataque aos nossos direitos não será permitido”, afirmou Luiza Foltran, uma das diretoras do DCE.

Rodízio na Superintendência

A assessoria do Gabinete do Reitor publicou, no mesmo dia da reunião estudantil (2), um novo nome para assumir a Superintendência Geral da SuperEst. Professor da Faculdade de Farmácia, Hélio Mattos — prefeito universitário entre 2004 e 2011 — assume o lugar de Ericksson Almendra. O cargo, durante apenas três anos de criação da Superintendência, apresenta, em Helio, sua terceira coordenação. O primeiro superintendente, o professor Antonio José Barbosa, gestor em 2012 e 2013, pediu afastamento em meio a uma conjuntura de crise dos servidores no setor.

UFRJ

No CAP-UFRJ, “vassouração” contra cortes do MEC

Atividade denunciou a indefinição sobre limpeza da escola

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Vassouras, baldes, pás e todo tipo de instrumentos de limpeza foram utilizados pela comunidade do Colégio de Aplicação da UFRJ para um protesto criativo na terça-feira, 3 de março. A atividade denunciou a indefinição sobre a limpeza da escola que motivou a segunda postergação, desde 23 de fevereiro, do retorno às aulas — o primeiro adiamento, a partir de 9 de fevereiro, ocorreu por atraso na obra dos banheiros coletivos do térreo. Com o mote “Vassouração no MEC e nos cortes da Educação! Queremos aulas! Em defesa da Educação Pública!”, a Adufrj-SSind acompanhou a mobilização, convocada pela Associação de Pais e Alunos do Colégio (APACAP). O ato repercutiu em diferentes mídias.

Reivindicando respeito e recursos para pagamentos dos funcionários da limpeza da empresa Qualitécnica, que presta serviço na escola, cerca de 100 pessoas participaram do Vassouração: “A terceirização é péssima para o CAP-UFRJ e é péssima para universidade. Ela destruiu-



Pais de alunos do colégio demonstraram solidariedade com os terceirizados sem salários

o funcionamento do colégio”, avaliou Patrícia Hadad, mãe de Marina (4º ano) e integrante da APACAP.

Patrícia cobrou mais transparência da administração, com

apresentação dos contratos dos terceirizados à comunidade: “É importante conhecer até para ajudar. Neste momento, é muito importante a mobilização das famílias”.

Pais movimentam-se pela recuperação do CAP

Segundo o presidente da associação, Cássio Kuchpil, uma reunião com 57 responsáveis, em 28 de fevereiro, avaliou o quadro político de corte de repasses e as consequências da terceirização para universidade. “Não é aceitável que esses trabalhadores sofram descontos ou fiquem sem receber”, disse o pai de Francisco (8º ano). Do encontro, foram encaminhados: a realização do Vassouração, o agendamento de um encontro com o reitor Carlos Levi e ações de solidariedade aos terceirizados, o que inclui assessoria jurídica e doações de cestas básicas. Está na pauta, ainda, a possibilidade de participação da APACAP no Conselho Pedagógico, colegiado de decisão do CAP-UFRJ.

Retorno “em caráter experimental”

Até o fechamento desta edição, as turmas iniciais do ensino médio haviam retornado às aulas em 5 de março, em caráter experimental (os do último ano, cerca de 90 alunos, desde 26 de fevereiro). As demais séries iriam começar o ano letivo neste dia 9 de março, situação modificada pelo adiamento geral da UFRJ para 16 de março.

Confira mais imagens do protesto na seção “fotogaleria” do site da Adufrj-SSind.

PÁTRIA EDUCADORA?!

Volta às aulas só no dia 16

Novo adiamento tem como entendimento a impossibilidade de a UFRJ receber os alunos, enquanto os trabalhadores da limpeza continuam sem salários. Previsão é que os pagamentos sejam feitos até 12 de março

Mas situação ainda não está resolvida

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

A reitoria da UFRJ, após consultar decanos, diretores e conselheiros do Consuni, além de ouvir o relato de várias trabalhadoras terceirizadas (que estão com seus salários atrasados), decidiu adiar, novamente, o início das aulas deste primeiro semestre: agora, de 9 para 16 de março. A decisão abrange todos os níveis de ensino da universidade: Escola de Educação Infantil, Colégio de Aplicação, graduação e pós-graduação.

A reunião do último dia 6, que bateu o martelo sobre a suspensão, foi convocada em caráter de urgência pela administração central da universidade. Na véspera (5), os trabalhadores haviam ocupado o Conselho Universitário em busca de solução para a falta de seus pagamentos.

Além da mudança no calendário, outras ações deverão ser providenciadas pela reitoria. Elas incluem: o pagamento integral referente ao mês de janeiro à empresa de serviços gerais Qualitécnica, a garantia de que os profissionais não terão os dias que não puderam comparecer aos postos de trabalho, justamente pela falta de dinheiro, descontados em folha; e o compromisso de que não serão transferidos de unidades como forma de represália aos atos políticos.

De acordo com a pró-reitora de Gestão e Governança, Araceli Cristina Ferreira, a empresa informou que possui dinheiro em caixa para realizar o pagamento de todos os vales-transporte e vales-alimentação até terça-feira (10). Ainda segundo Araceli, neste dia 9, a UFRJ de-



Fotos: Marco Fernandes - 06/03/2015

Waldinéa afirmou que mesmo quem trabalhou teve os dias descontados pela empresa

positará na conta da empresa o valor total do serviço prestado referente ao mês de janeiro. Na quinta-feira (12), os recursos deverão chegar aos trabalhadores. Ao Jornal da Adufrj, porém, a pró-reitora reconheceu que ainda não há previsão de pagamento referente ao mês de fevereiro. O reitor Carlos Levi não participou nem do Consuni nem da plenária do dia 6, pois estaria em Brasília (DF), fazendo gestões junto ao governo para resolver a crise da UFRJ.

Dramas pessoais

A maior parte dos presentes entendeu que não é possível a universidade retomar seu calendário acadêmico enquanto trabalhadores vivem situação análoga à escravidão. Diversas profissionais da limpeza (que a reportagem não identificou, para preservá-las de eventuais represálias) relataram passar

por situações de assédio moral para realizarem suas atividades mesmo sem remuneração. Os vales-transporte e vales-alimentação estão atrasados desde janeiro. Quem faltou teve seus dias descontados em folha, no pagamento parcial realizado pela empresa em janeiro, referente ao mês de dezembro. “Mesmo quem veio trabalhar teve igualmente descontados os nove dias. Isto é uma injustiça”, disse Waldinéa Nascimento da Hora, representante dos trabalhadores.

Ela informou que duas de suas colegas enfartaram nos últimos dias: uma na quinta-feira (5) à noite e uma na sexta-feira (6) pela manhã. “As duas foram despejadas de suas casas. Uma delas tem quatro filhos. As duas correm risco de morrer. Estão internadas. Isso não toca o coração de ninguém? Há pressão de todos os lados: da empresa e

dos encarregados para que voltemos ao trabalho, dos senhorios, dos filhos com fome, que pedem pão e não temos o que oferecer. Chega de negociação! Eu não posso concordar com a indecisão da universidade. Muito se falou, mas precisamos do compromisso de vocês. Não podemos permitir que voltem às aulas, se os salários não forem pagos”.

Manifesto da Adufrj-SSind

Presidente da Seção Sindical, Cláudio Ribeiro leu manifesto da Adufrj-SSind contra as precárias condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores terceirizados. A nota, compartilhada nos perfis da Seção Sindical nas redes sociais desde o próprio dia 6, reforça o apoio integral aos funcionários e responsabiliza o governo fe-

“
Há pressão de todos os lados: da empresa e dos encarregados para que voltemos ao trabalho, dos senhorios, dos filhos com fome, que pedem pão e não temos o que oferecer”

Waldinéa Nascimento
Representante dos terceirizados

deral pelos cortes na Educação. “Esta condição impõe cortes aos mais precarizados, tendo os trabalhadores de serviços essenciais ficado sem receber salário por três meses, o que impede uma instituição educadora de funcionar, dentre outros fatores, por ser incompatível com um ambiente no qual impera a injustiça social”.

No texto, a diretoria critica também a terceirização no serviço público: “Quando serviços prestados à universidade são terceirizados, é a essência do trabalho que é atingida. Quando trabalhadores são pressionados a assinar contratos terceirizados, é a sua própria essência que está ameaçada pela precarização. A educação pública, como um todo, torna-se precária no exato momento em que são impostas tais condições a quaisquer trabalhadores que lhe servem”.

Seção Sindical cobra transparência da reitoria

No mesmo dia da plenária, a Adufrj-SSind cobrou, formalmente, por ofício, respostas à reitoria sobre a crescente terceirização da UFRJ, além dos problemas que afetam os estudantes:

“Sobre as empresas que realizam serviço terceirizado para a UFRJ:

- Quais são as empresas terceirizadas, classificadas por tipo de serviço (segurança, limpeza, etc),

contratadas pela UFRJ? Qual o valor de contrato com cada empresa e por ano? - Qual o valor repassado pela UFRJ a cada uma destas empresas em 2014 e 2015? - Quantos funcionários são contratados e qual o salário de cada função?

Em relação ao repasse de verbas que o MEC repassa à UFRJ:

- Qual o déficit orçamentário da UFRJ acumulado no

ano passado em relação ao repasse do governo federal? E qual o déficit deste ano? - Quais foram as atitudes tomadas pela administração central da UFRJ em relação a este corte de verbas?

Em relação ao PNAES:

- Qual foi o repasse da verba do PNAES para a UFRJ em 2014 e quanto foi repassado até o momento em 2015? - Quantas bolsas BAP foram pagas em 2014?”



Cláudio Ribeiro, da Adufrj-SSind, leu manifesto de apoio aos terceirizados

34º CONGRESSO DO ANDES-SN

Fotos: Silvana Sá



Diante da importância da decisão, muitos representantes no Congresso do Andes-SN fizeram questão de votar, de pé, pela descriminalização do aborto

Sindicato assume luta pela descriminalização do aborto

Durante a plenária do Congresso que discutiu “Políticas Sociais e Plano Geral de Lutas” do movimento docente, realizada entre os dias 27 e 28, a luta contra a criminalização das drogas também foi aprovada

Objetivo é proteger, principalmente, populações pobres e negras

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Passos importantes foram dados na defesa dos direitos sociais durante o 34º Congresso do Andes-SN, de 23 a 28 de fevereiro, em Brasília (DF) — parcialmente noticiado na edição anterior do **Jornal da Adufrj**. Em plenária realizada no quarto dia do evento, representantes dos professores universitários de todo o país aprovaram as lutas em defesa da descriminalização do aborto e da descriminalização das drogas.

Com as deliberações, o Sindicato Nacional assume posição clara contra formas de criminalização que recaem especialmente sobre as populações pobres e negras. No caso do aborto, diversos estudos apontam que este é o perfil de mulheres presas por interromperem a gestação. E a primeira causa de mor-

te de mulheres de 20 a 29 anos é hemorragia causada por abortos clandestinos.

No caso das drogas, a diferenciação se dá principalmente entre os jovens apreendidos: brancos de classe média são enquadrados como usuários, enquanto pobres negros são presos por tráfico de drogas.

Na questão da descriminalização do aborto, diversos delegados fizeram questão de proceder à votação de pé. Não houve voto contrário e apenas três abstenções. No caso da luta contra a criminalização das drogas, houve um pequeno número de votos contrários. A resolução dos temas aconteceu durante as discussões de Políticas Sociais e Plano Geral de Lutas, entre o fim da tarde do dia 27 e a manhã do dia 28 de fevereiro.

Creches no Andes-SN e nas universidades

A criação de creches e espaços de convivência infantil em todas as atividades do Andes-SN também foi aprovada. Esta reivindicação será estendida às administrações das universidades para os locais de trabalho e estudo.

Pelo direito à vida e à liberdade das mulheres

Mariana Trotta, da delegação da Adufrj-SSind, emocionou o plenário ao contar sua experiência como advogada (ela é professora da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ e militante da área de Direitos Humanos): “Tive a oportunidade de trabalhar com mulheres presas por terem promovido o aborto. Acompanhei um caso no Rio de Janeiro, há cinco anos, de uma mulher moradora da Vila Mimosa — uma região de prostituição e de baixa renda —, mãe de três filhos que não tinham na sua certidão de nascimento o nome do pai. Essa mulher, na quarta gestação, interrompeu a gravidez na sua casa, sofreu uma hemorragia e deu entrada em um hospital público do Rio de Janeiro. Foi presa porque um policial que fazia a segurança do hospital se fez passar por um assistente social até que ela confessasse o uso do medicamento abortivo. Ela ficou algemada durante o carnaval daquele ano no hospital, enquanto precisava de

cuidados médicos”.

Mariana contou que, se não fosse a possibilidade de pedir liberdade provisória para a mulher, ela permaneceria presa por um longo período: “O delegado arbitrou uma fiança de R\$ 3 mil. Um dinheiro que ela nunca teria condições de pagar. Esta é também uma questão de criminaliza-

ção de mulheres pobres, porque, se compararmos com pesquisas no Tribunal do Rio de Janeiro, a gente percebe que uma mulher de classe média teve fiança arbitrada em R\$ 300, quando foi feita uma batida numa clínica clandestina. Precisamos pensar nos impactos sociais da criminalização do aborto”.

Na mesma linha, falou Renata Vereza, presidenta da Adufrj-SSind: “Já é o momento de o Sindicato Nacional se posicionar sobre o tema. Esta é uma questão de saúde pública, é muito mais que uma pauta feminista. Milhares de mulheres morrem anualmente vítimas de abortos mal sucedidos. E não são mulheres ricas, são mulheres pobres, porque as ricas vão para Miami. São mulheres jovens, pobres, que são vítimas de abortos mal feitos. Não dá para a categoria fechar os olhos para essa situação. Devemos nos posicionar veementemente contra a criminalização do aborto”.



Mariana Trotta

34º CONGRESSO DO ANDES-SN

Nenhum direito a menos

Diante da crise, Sindicato vai lutar para preservar caráter público da educação e garantir função social da universidade em favor dos trabalhadores. Também está mantida a defesa do projeto de carreira única do Andes-SN

Setor das Federais está marcado para 28 e 29 de março

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Os participantes do 34º Congresso do Andes-SN entenderam que a conjuntura para 2015, com os cortes do governo federal na Educação e aprofundamento da crise nas IFE, exigem mudanças na pauta de reivindicações do Setor. Além de manter a luta e defesa do projeto de carreira única do Sindicato Nacional e por condições de trabalho e salário, os professores reunidos em Brasília, de 23 a 28 de fevereiro, acrescentaram como eixos: “A defesa do caráter público da educação e a garantia da função social da universidade em prol da classe trabalhadora” e a luta contra as Medidas Provisórias 664 e 665/2014, que restringem direitos trabalhistas e previdenciários. A pauta foi protocolada no MEC e no Ministério do Planejamento (MPOG), no último dia 5.

O longo debate realizado pelos delegados levou em consideração a grave crise pela qual passam as universidades públicas, em especial as federais, e que geraram atrasos no pagamento dos salários dos trabalhadores terceirizados e de bolsas de permanência de estudantes. Na UFRJ, especialmente, os serviços de limpeza e portaria são os mais prejudicados e impeditivos da retomada das atividades acadêmicas, assim como atrasos e cortes das bolsas.

Rodadas de assembleia

Os participantes debateram a possibilidade da construção de uma greve nas Ifes. A próxima reunião do Setor das Federais ocorre nos dias 28 e 29 de março, em Brasília. Até lá, de acordo com deliberação do 34º Congresso, as seções sindicais deverão realizar rodadas de assembleias para discutir e deliberar sobre a paralisação das atividades. A decisão será levada para o Setor.

Um conjunto de ações foi aprovado para as federais. Uma delas orienta as seções sindicais a recepcionarem os docentes em 2015, a cada período letivo, com materiais “específicos a respeito da situação da carreira docente, considerando a vigência da Lei 12.772/2012 (Lei das Carreiras) e da Lei 12.863/2013 (estruturação do Plano de Carreira que altera a lei de 2012)”. Além dos “desdobramentos da implementação das referidas leis” por meio de resoluções



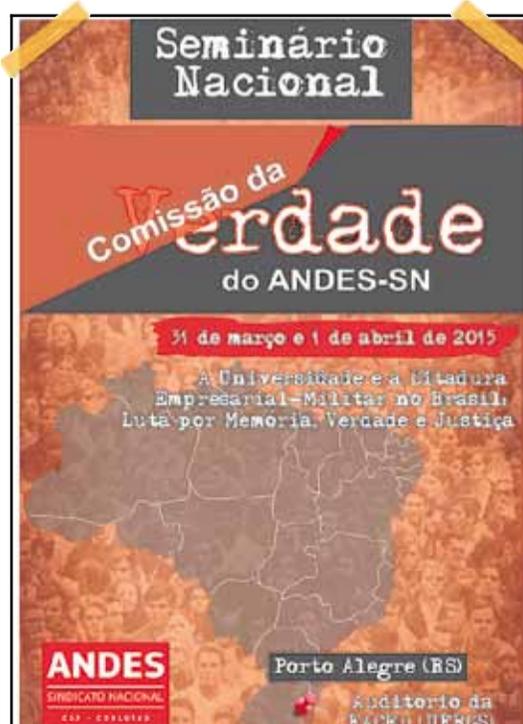
Pressão. Durante a semana do Congresso, professores já fizeram um ato em frente ao MPOG

“sobre promoção/progressão e RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências, dispositivo que afeta os docentes de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT) em cada IFE, conclamando a intensificar a luta pela reestruturação da carreira e pelo fim da mercantilização da educação, incluindo material contra a Funpresp”. Há ainda a tarefa

de realizar levantamento nacional sobre as condições de trabalho, infraestrutura, orçamento e democracia interna nas IFE.

Foi incorporada ao Plano de Lutas do Setor das Federais a pauta unificada da Campanha Salarial 2015 dos Servidores Públicos Federais. Os pontos foram definidos na reunião ampliada dos SPF em janeiro

desse ano. Da pauta constam 20 pontos, entre eles, “política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias”, “paridade salarial entre ativos e aposentados” e “retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos trabalhadores”. Veja todos os pontos da pauta em www.adufrj.org.br.



Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN está marcado para Porto Alegre

O 34º Congresso deliberou pela realização do Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Andes-SN em Porto Alegre (RS) nos dias 31 de março e 1º de abril, como resultado das discussões dos Seminários Regionais realizados durante o ano de 2014 em Belém (PA), Fortaleza (CE) e Rio de Janeiro (RJ).

“Nós já temos o resultado da Comissão

Nacional da Verdade (CNV), e a necessidade de continuar esse debate existe porque a Lei da Anistia continua em vigor. Uma lei que acaba por justificar o encobrimento daqueles que praticaram atos de lesa-humanidade e disseminaram muito sofrimento”, afirmou Márcio Oliveira, um dos coordenadores da Comissão da Verdade do Andes-SN. **(Fonte: Andes-SN)**

Conad Extraordinário no meio do ano

Também foi deliberação deste 34º Congresso do Andes-SN a realização de um Conad (Conselho de Seções Sindicais) Extraordinário que debaterá e deliberará sobre a participação do Andes-SN no II Congresso da CSP-Conlutas. O evento antecederá o congresso da Central, marcado para os dias 4 a 7 de julho. Brasília foi definida como cidade que receberá o Conad Extraordinário, instância intermediária de deliberação do movimento docente. A data será definida pela diretoria nacional e informada posteriormente.

Em defesa da aposentadoria

Andes-SN na luta contra a retirada de direitos dos trabalhadores

Além de constar do eixo central do Setor das Federais, a luta pelos direitos de aposentadoria, que incluem a campanha pela revogação das Medidas Provisórias 664 e 665/2014, também foram aprovadas ações de combate à Funpresp-EXE (fundação de previdência privada dos servidores federais).

Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind, apresentou sua preocupação especialmente com os novos professores que ingressam na universidade: “O assédio que sofrem é muito grande. É preciso atualizar os nossos materiais para orientarmos esses novos professores e enfraquecer o fundo”, defendeu. Houve entendimento da plenária de que, além da luta específica contra a Funpresp, é necessário também incorporar a luta contra fundos privados semelhantes já existentes nos estados e municípios.

MOVIMENTO

Andes-SN terá audiência com o MEC neste dia 10

Pauta de reivindicações aprovada no 34º Congresso foi protocolada no ministério, dia 5

Objetivo é retomar debate sobre carreira docente

A diretoria do Andes-SN deverá se reunir com o Ministério da Educação (MEC) nesta terça-feira (10). A audiência acontece quase dois meses após o Sindicato Nacional ter solicitado a reunião para dar

continuidade à discussão da reestruturação da carreira docente.

Acontece também após o 34º Congresso da entidade, realizado em Brasília entre 23 e 28 de fevereiro, que deliberou a pauta de reivindicações — protocolada no MEC no último dia 5 — e plano de lutas dos docentes das Instituições Federais de Ensino (leia mais sobre o Congresso, nas páginas 4 e 5 desta edição).

“A pauta aprovada no con-

gresso mantém os princípios da carreira, acrescenta outras reivindicações e também os termos da campanha salarial unificada dos servidores federais.

Queremos que, com essa audiência, seja estabelecido um processo de negociação com o Ministério da Educação, mas retomando os princípios da carreira, sem o que não há como avançar”, explica Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN.

Além da pauta de reivindicações, o presidente do Andes-SN lembra que os delegados do 34º Congresso aprovaram ainda uma agenda de lutas que inclui, entre outras atividades, rodadas de assembleias durante o mês de março e participação na Jornada de Lutas dos SPF, em Brasília, entre 7 e 9 de abril, com a discussão do indicativo de greve dos servidores federais. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

Ato critica ataques à Saúde pública

Manifestação ocorreu no último dia 6, no Centro do Rio

Samantha Su
Estagiária e Redação

Diversos sindicatos, partidos e movimentos sociais e estudantil participaram do Ato Nacional contra a Privatização da Saúde no último dia 6, na Praça da Cruz Vermelha, Centro do Rio. A atividade faz parte do calendário de lutas estabelecido pela Reunião Ampliada de Servidores Federais, no início de fevereiro.

Diretor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, da UFRJ, Eduardo Côrtes denunciou o sucateamento da Unidade, durante o ato. Segundo ele, o HUCFF funciona com menos da metade de sua capacidade. Ele denunciou que as direções de HUs sofreram pressão para aderir à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), proposta privatizante do governo para o setor. Côrtes defendeu a autonomia universitária para melhorar a gestão dos hospitais.

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, participou da manifestação e criticou os ataques aos direitos sociais dos trabalhadores: “Os ataques serão respondidos com mobilização,

que começa com a brava luta dos professores e técnicos do Paraná e caminha hoje contra a privatização dos hospitais por uma saúde pública, gratuita e de qualidade”, afirmou, em referência à greve dos educadores no Sul do país.

Charles Brasil, coordenador da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), condenou o ajuste fiscal promovido pelo governo Dilma Rousseff “nas costas dos trabalhadores”.



Fotos: Samuel Tosta - 06/03/2015

Manifestação, que começou na Praça da Cruz Vermelha, terminou em frente à representação do MEC no Rio de Janeiro



Paulo Rizzo (ao centro), presidente do Andes-SN, participou da atividade do último dia 6 ao lado de outros diretores do Sindicato Nacional e de militantes da base da categoria

Falta de salários prejudica educação de terceirizados

Mensagem recebida pela professora Vera Salim (da Coppe), conselheira da Adufrj-SSind, e encaminhada à Redação da Seção Sindical dá mais um exemplo de como é traiçoeira a falta de pagamentos aos terceirizados da UFRJ. Quem conta esta faceta do drama destes trabalhadores é Fátima Bacelar, integrante da equipe pedagógica do Projeto de Letramento de Jovens e Adultos da Coppe: “Vergonhosa a situação em que se encontram esses trabalhadores, sem voz na Instituição e nas empresas que os contratam. Também ficamos muito tristes porque além de estarem sem dinheiro para alimentação e transporte, também não podem frequentar as aulas do projeto para se alfabetizar. E, mais que isso, se conscientizar de que educação é um direito de todos, inclusive deles”. Fátima continua: “(...) na quarta-feira, recebi no setor que trabalho uma aluna do projeto que, por respeito e educação, veio dar satisfação de sua ausência nas aulas, por não ter dinheiro nem para comer. Ontem, outro aluno do projeto também veio conversar comigo com as mesmas justificativas, acrescentando que os estudantes se sensibilizaram com a causa e que estão dando cestas básicas, para amenizar a situação, pelo menos aos trabalhadores do CT. Esse aluno também relatou a insegurança no amanhã, pois os trabalhadores não sabem em quem acreditar, se na UFRJ que diz pagar as empresas que prestam o serviço de limpeza ou se nas empresas que dizem não receber da UFRJ”.

Tema da próxima Revista Universidade e Sociedade

A diretoria do Andes-SN deliberou que o tema central do número 56 da Revista Universidade e Sociedade, a ser lançado no 60º Conad, será “Contrarreforma: retirada de direitos, violências e criminalizações”.

Os artigos enviados para Revista deverão obedecer a uma normatização, que pode ser conferida no site www.andes.org.br. O prazo final para o recebimento das contribuições é 22 de abril de 2015.

O endereço de referência da editoria executiva é: Andes-SN/ Escritório Regional São Paulo - Rua Amália de Noronha, 308 Jd. América - 05410-010 - São Paulo - SP. O telefone é (11) 3061-0940 e o e-mail: andesresp@uol.com.br.

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Pentead de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Onoli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcy de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Política José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Samantha Su Tiragem 4.000 E-mails: adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br Redação: comunica@adufrj.org.br Cadernos Adufrj: revista@adufrj.org.br Diretoria: diretoria@adufrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufrj.org.br Página eletrônica: http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Joka Madruga/ APP – Sindicato - 04/03/2015

IMAGEM DA SEMANA



MULHERES

MST ocupa Suzano

Cerca de mil mulheres do MST e militantes de movimentos sociais do campo e da cidade dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais ocuparam, na manhã de quinta-feira (5), a empresa FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda., da Suzano Papel e Celulose, no município de Itapetininga, em São Paulo.

A ação fez parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Camponesas para denunciar os males de uma possível liberação de eucalipto transgênico, que seria votada no próprio dia 5 na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) – devido à pressão, o assunto foi retirado da pauta.

O local da ocupação é onde estão sendo desenvolvidos os testes com o eucalipto transgênico, conhecido como H421.

Nas últimas semanas, diversos especialistas vêm alertando que a liberação comercial dessa variedade interessa apenas à empresa beneficiada por esse processo, a FuturaGene/Suzano.

Segundo eles, o aumento da produtividade em torno de 20% decorrentes do plantio do eucalipto transgênico desconsidera os riscos de possíveis problemas ambientais e de saúde, além de afetar a produção de mel nacional. **(Fonte: MST)**

EU TÔ NA LUTA!

O grito ensurdecedor de 20 mil trabalhadores da rede pública de ensino do Paraná ecoou no estádio da Vila Capanema, em Curitiba

Acosados por medidas do governo Beto Richa (PSDB), que pretende impor ajustes por meio de confisco de direitos, professores e funcionários das escolas da rede pública do Paraná escreveram na quarta-feira, 4 de março, um momento marcante da sua greve geral – movimento deflagrado desde 7 de fevereiro. No estádio do Paraná Clube (foto), no bairro Rebouças, uma assembleia gigante mobilizou pelo menos 20 mil

pessoas, de acordo com o sindicato da categoria. O bordão “eu tô na luta” deu o ritmo da reunião de massa, ao funcionar como uma ruidosa senha para decidir sobre a continuidade da greve. Até o fechamento da edição, o movimento alcançava praticamente 100% das escolas estaduais, apesar do cerco do Executivo, que rompeu o diálogo, e da Justiça, que determinou o fim da greve. O vigor do pessoal da educação

pública do Paraná é uma referência neste momento em que a educação pública é golpeada fortemente. Na UFRJ, a falta de pagamento dos terceirizados impõe alteração no calendário acadêmico (assunto principal desta edição do **Jornal da Adufrj**); Na Uerj, só com uma empresa de serviços, a dívida ultrapassa os R\$ 15 milhões. O Colégio de Aplicação da instituição não reiniciou as aulas por falta de professores.

VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



SUCESSÃO À REITORIA

Revisão eleitoral incompleta

Consuni continua debate sobre regras do processo que vai indicar a próxima administração da UFRJ

Mas reunião não teve quórum para deliberar

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Suspensa, em função de manifestação dos terceirizados da limpeza da UFRJ sem salários (leia mais na página 3 desta edição), a sessão extraordinária do Consuni, em 5 de março, foi retomada depois do meio-dia já sem quórum para deliberações. Os conselheiros que permaneceram, contudo, aproveitaram o tempo para continuar o debate sobre revisão das regras eleitorais para sucessão à reitoria (o primeiro turno da consulta à comunidade acadêmica está previsto para abril).

Entre os temas polêmicos: o calendário eleitoral, financiamento de campanha, divulgação do processo e mu-

dança na contabilização dos resultados. A decisão final ficou para a próxima reunião ordinária, neste 12 de março.

Com a postergação do início do período, existe receio em relação à diminuição do período de campanha, por exemplo. Mas, de acordo com a pró-reitora de Gestão e Governança (PR-6), Araceli Cristina Ferreira, não há muito o que fazer, uma vez que o calendário eleitoral foi “pensado de trás para frente” com a data-limite de 8 de maio, prazo final para envio da lista tríplice ao MEC. “A lei fala em 60 dias antes do término do mandato”, informou. A dirigente presidiu a reunião na ausência do reitor Carlos Levi (em Brasília) e do vice-reitor Antonio Ledo (de férias).

Por iniciativa da representação estudantil, a Comissão Eleitoral absorveu uma série de propostas de inovações para prestação de contas das campanhas. Os artigos 14 e 15,

no entanto, foram novamente questionados pela pró-reitora. Araceli alegou que regras utilizadas para eleições gerais não correspondem à realidade da universidade. “Não temos a dinâmica de partidos ou financiamento por empresas”. Para Araceli, a declaração prévia de gastos de campanha, por exemplo, na prática, inviabiliza “ajuda voluntária”.

Possibilidade de voto eletrônico

Gloria Brás, vice-presidente da Comissão Eleitoral, informou ao Consuni que o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro estendeu o prazo para envio dos nomes do universo eleitoral até 9 de abril. A votação será realizada nos dias 14, 15 e 16 com urnas eletrônicas em toda UFRJ. Segundo Luciano Coutinho, presidente da Comissão, a expectativa é que a lista bem atualizada reduza ao máximo os votos em trânsitos. “(Urnas de) lonas só para emergências”, explicou.

Crise no Instituto Politécnico, em Cabo Frio

Professores, técnicos-administrativos e estudantes do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio (IPUFRJ) vivem uma situação-limite. Não institucionalizado pela universidade desde que foi criado (o que foi noticiado pelo **Jornal da Adufrj** já em 2012), o local funciona com 40 professores na condição de “residentes”, que não têm nenhum tipo de contratação formal ou direitos trabalhistas garantidos. Agora, mesmo com bolsas atrasadas, os professores estão sendo assediados a retornarem ao trabalho na próxima semana.

O professor Willi Szuchmacher esteve em Assembleia da Adufrj-SSind no dia 2 de março e no Consuni do dia 5. Ele relatou que, desde novembro, as bolsas (no

valor de R\$ 2.380,00) estão atrasadas e sem nenhum compromisso da UFRJ de quando haverá o pagamento dos atrasados. “A única coisa que recebemos é essa bolsa, sem direito a transporte, sem auxílio-alimentação ou refeição. Chamam a gente de docente-residente, mas com exigência de Dedicção Exclusiva e cumprimento de 40 horas semanais de trabalho”, disse.

Eles, assim como os estudantes e técnicos, trabalham em condições precárias de estrutura: “Não tem água potável lá. Toda semana vão galões de água daqui para que a gente possa beber. Também não tem refeitório. O instituto, que se pretende e se diz de horário integral, não oferece alimentação para os estudantes”. (Silvana Sá)

Adufrj e a história

O movimento de resistência à ditadura se ampliava quando a Associação dos Docentes da UFRJ nasceu, em 1979.

De lá até aqui, muita história foi escrita no país de contradições profundas.

A série **Depoimentos** registra a visão dos fatos históricos do período pelo olhar dos presidentes dos diversos mandatos da Adufrj.*

TV ADUFRJ

apresenta

Série
DEPOIMENTOS
35 anos de história



Todas as **terças e sextas** no **site da Adufrj**, no nosso canal no **Youtube** e nos perfis da Seção Sindical nas **redes sociais**. Nesta terça, **10 de março, Luis Acosta**. Na sexta, **13 de março, Mauro Iasi**.

*Hoje chamada Adufrj-SSind, seção sindical dos docentes